9

Quando a Roça Recomeça:

caminhos regenerativos para o turismo no Oiapoque

Rachel Dourado da Silva
Instituto Mamirauá

Kassia Angela Lod Moraes Galiby
Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque

Cacique Edmilson dos Santos Oliveira
Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO)

Vânya Regina Rodrigues da Silva
Comitê Chico Mendes

doi 10.56365/vf2skn78

Introdução

O turismo na Amazônia tem sido, em grande medida, pensado a partir de fora do território. Planos, projetos e políticas públicas costumam operar sob racionalidades que priorizam o crescimento econômico, a intensificação de fluxos e a exploração de paisagens, frequentemente em descompasso com os modos de vida locais. No Oiapoque, essas contradições, embora nem sempre explicitadas, manifestam-se em propostas turísticas que tendem a desconsiderar os ritmos da terra, as práticas de subsistência e as relações comunitárias que organizam o cotidiano.

Nos últimos anos, o debate sobre turismo regenerativo ganhou centralidade, sobretudo no contexto pós-pandemia. Diferentemente da noção de sustentabilidade, voltada à mitigação de impactos, a regeneração propõe restaurar vínculos entre pessoas, territórios e ecossistemas. No contexto amazônico, contudo, muitas práticas associadas à regeneração antecedem o próprio debate acadêmico, enraizadas em experiências como a roça, o cuidado coletivo e a permanência no território.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre caminhos regenerativos para o turismo no Oiapoque a partir da experiência da chamada "Pandemia da Roça", articulando diálogo teórico e escutas realizadas no território. Defende-se que o turismo regenerativo, nesse contexto, não se configura como um modelo a ser implantado, mas como uma possibilidade construída a partir das reexistências amazônicas e mediada pelo turismo de base comunitária, em respeito aos protocolos locais de consulta, decisão e governança territorial.

Nesse contexto, a Amazônia não pode ser compreendida apenas como um conjunto de atrativos naturais isolados, mas como território complexo, historicamente produzido por relações sociais, econômicas e políticas. Conforme destacam Aranha e Guerra (2014), a dimensão geográfica é central para a análise do turismo, pois condiciona acessos, fluxos, usos do espaço e formas de apropriação dos elementos naturais. Na região amazônica, fatores como grandes distâncias, predominância dos rios como vias

de circulação, baixa densidade de infraestrutura e elevada diversidade sociocultural influenciam diretamente a organização da atividade turística, exigindo abordagens situadas e territorialmente comprometidas.

Turismo regenerativo: deslocamentos conceituais

O turismo regenerativo emerge no debate contemporâneo como crítica às limitações do paradigma da sustentabilidade. Enquanto esta se concentra na mitigação dos impactos, a regeneração propõe uma mudança de perspectiva, voltada à restauração das relações entre os sistemas sociais e ecológicos. Conforme Brasileiro e Borges (2024), o turismo regenerativo está associado a uma forma de pensamento que reconhece a interdependência entre os seres vivos e a necessidade de superar perspectivas mecanicistas e reducionistas. Nessa abordagem, regenerar implica também transformar as formas de pensar e agir, restabelecendo relações mais responsáveis com a natureza e com a vida.

As autoras ressaltam ainda que o debate sobre regeneração exige uma compreensão integrada dos processos humanos, considerando os seres humanos como parte constitutiva da natureza (Brasileiro & Borges, 2024). Essa perspectiva é particularmente relevante para pensar o turismo em territórios amazônicos, nos quais as relações entre comunidade, natureza, cultura e território não podem ser dissociadas.

No contexto amazônico, tais reflexões exigem cautela. A importação acrítica de conceitos pode reproduzir lógicas exógenas e colonizadoras, historicamente presentes nas políticas de ocupação e desenvolvimento regional. Regenerar, nesse cenário, não significa inovar tecnologicamente ou criar produtos turísticos, mas reconhecer e fortalecer práticas históricas de cuidado com a terra, como a roça, a partilha de alimentos e a organização comunitária, em consonância com os debates agroecológicos e territoriais latino-americanos (Silva et al., 2025).

Nesse horizonte, o turismo regenerativo deve ser alicerçado pelo Turismo de Base Comunitária (TBC), que por sua vez se insere no campo da teoria do turismo como abordagem crítica aos modelos hegemônicos de desenvolvimento turístico, tradicionalmente orientados pela lógica do mercado, pela apropriação externa dos territórios e pela padronização das experiências. Em contextos marcados por elevada diversidade sociocultural e por históricos processos de desigualdade territorial, como a Amazônia, o turismo não pode ser compreendido apenas como atividade econômica, mas como prática social que incide diretamente sobre os modos de vida, os usos do território e as relações de poder.

À luz da concepção sistêmica do turismo, conforme Lohmann e Panosso Netto (2012), e da noção de território enquanto construção social, desenvolvida por Milton Santos (1996), este artigo analisa o turismo regenerativo como uma alternativa a ser viabilizada por meio do Turismo de Base Comunitária (TBC), compreendido como prática territorial e estratégia de afirmação sociopolítica. Parte-se do entendimento de que as atividades culturais, agroecológicas e as dinâmicas de vida em comunidades tradicionais são organizadas a partir da própria comunidade, não se tratando da reprodução de algo novo, mas do reconhecimento e fortalecimento de formas cotidianas que já atuam na regeneração da vida e do território.

Nessa perspectiva, o turismo regenerativo não se configura como um produto inovador ou como um novo artigo de luxo acessível apenas àqueles que detêm capital, mas como uma proposta de reorganização das relações entre turismo, território e modos de vida. O Turismo de Base Comunitária diferencia-se de outras modalidades turísticas por reconhecer as comunidades locais como sujeitos centrais do processo, responsáveis pela definição das atividades, pela gestão dos empreendimentos e pela distribuição dos benefícios gerados.

Nessa perspectiva, o turismo deixa de ser uma atividade imposta ao território e passa a ser construído a partir das dinâmicas sociais existentes. Conforme destacam Lohmann e Panosso Netto (2012), o turismo deve ser compreendido como fenômeno social complexo, no qual os elementos do sistema turístico se articulam às relações sociais, culturais e territoriais. No âmbito do Turismo

de Base Comunitária, essa articulação ocorre de forma mais direta, uma vez que as decisões sobre o uso do território e sobre a organização da atividade permanecem sob controle comunitário.

A Pandemia da roça no Oiapoque

Durante a pandemia da Covid-19, o fechamento de fronteiras, a interrupção de fluxos e a precarização do trabalho intensificaram um movimento já conhecido na região: o retorno à roça. Esse processo dialoga com análises realizadas em diferentes contextos rurais brasileiros, nos quais a agricultura de base familiar reassumiu papel central na garantia da segurança alimentar em meio à crise sanitária.

Estudos sobre a produção de farinha de mandioca durante a pandemia evidenciam a centralidade dessa atividade para a alimentação e a reprodução econômica das famílias agricultoras. No Recôncavo Baiano, Duarte et al. (2024) identificaram impactos da pandemia sobre a produção, a comercialização e a renda associada à farinha, ao mesmo tempo em que registraram práticas de autoconsumo, compartilhamento e comercialização da produção nos mercados locais e regionais.

Essa centralidade do alimento e do território remete às reflexões clássicas de Josué de Castro. Em *Geografia da fome*, o autor chama atenção para a dimensão histórica e social da fome, contrapondo-a à sua invisibilização. Ao discutir a realidade da fome, Castro (1984, p. 19) destaca que ela é “demasiado gritante e extensa” para ser encoberta aos olhos da sociedade. Essa perspectiva permite compreender a alimentação não apenas como necessidade biológica, mas como questão social relacionada às condições de vida e às formas de organização dos territórios.

No Oiapoque, a chamada “Pandemia da Roça” assumiu contornos ainda mais complexos ao coincidir com a incidência de uma praga agrícola que dizimou algumas das principais variedades de mandioca cultivadas na região. Em um momento histórico no qual o retorno à roça se colocava como estratégia de enfrentamento da crise alimentar, a perda do principal alimento-base agravou a vulnerabilidade de populações indígenas e tradicionais, evidenciando a intersecção entre crise sanitária, crise climática e fragilização dos sistemas agrícolas locais.

Paradoxalmente, esse cenário de perda da segurança alimentar também ativou processos de reorganização comunitária e reativação de saberes territoriais. Estratégias como a diversificação do plantio, com a introdução de outros tubérculos e cultivos adaptados às condições locais, passaram a ser mobilizadas como forma de garantir segurança e soberania alimentar. Plantar, colher e compartilhar alimentos reafirmaram a roça como espaço de memória, aprendizagem intergeracional e organização do tempo social, dialogando com a compreensão de que produzir alimento é também produzir condições de vida digna (Castro, 1984).

A experiência da chamada Pandemia da Roça, no Oiapoque, evidencia que as crises não se apresentam de forma isolada, mas como sobreposições de vulnerabilidades, sanitárias, alimentares e territoriais. A incidência da praga sobre a mandioca, alimento central para os povos indígenas e comunidades locais, revelou os limites de uma dependência agrícola fragilizada, ao mesmo tempo em que expôs a força dos sistemas de conhecimento que sustentam a vida no território.

Se, por um lado, a perda da roça comprometeu a segurança alimentar e aprofundou desigualdades, por outro, ela mobilizou movimentos de retorno ao território, de escuta aos mais velhos e de reativação de práticas e memórias que não se reduzem à produção de alimentos, mas constituem modos de existir. Nesse processo, a roça reafirma-se não apenas como espaço produtivo, mas como centro de aprendizado, de recomposição dos vínculos comunitários e de reorientação das relações com a terra.

É nesse sentido que o turismo regenerativo, no contexto do Oiapoque, não pode ser pensado a partir da lógica da oferta ou da inovação, mas como um exercício de aprendizagem com os povos que historicamente sustentam práticas de cuidado e continuidade da vida. Regenerar, aqui, implica reconhecer que são esses sujeitos, indígenas, ribeirinhos e comunidades locais, que já operam, no cotidiano, formas de regeneração do território, mesmo diante das adversidades.

Assim, mais do que responder a uma crise pontual, a Pandemia da Roça deixa como legado uma orientação ética e política: o turismo, para existir, precisa deslocar-se de sua centralidade e aprender a seguir o passo daqueles que cuidam da terra. Isso significa subordinar-se aos tempos do território, aos protocolos comunitários e às formas próprias de decisão, reconhecendo que a regeneração não é um objetivo a ser alcançado, mas um processo em curso, conduzido por aqueles que mantêm viva a relação entre sociedade e natureza.

Reexistências amazônicas e território

As reexistências amazônicas manifestam-se na capacidade de reconfigurar a vida diante das crises sem romper com o território. Esse conceito dialoga com abordagens que compreendem a agroecologia não apenas como técnica produtiva, mas como projeto político e civilizatório, especialmente entre povos indígenas e comunidades rurais.

Ao analisarem respostas indígenas e rurais à crise agrícola, Silva, Barbosa e Santos (2025) destacam que tais práticas constituem formas ativas de resistência territorial, nas quais produzir alimento é também produzir autonomia e continuidade da vida, sendo a agroecologia uma estratégia central de enfrentamento das crises contemporâneas, ao articular saberes tradicionais, cuidado com a terra e formas de organização coletiva.



Figura 1 – Regeneração da mandioca em Oiapoque
Fonte: Carlito Nunes dos Santos (2025).

No Oiapoque, essas reexistências atravessam comunidades indígenas, ribeirinhas e urbanas, sustentadas por práticas ancestrais de cuidado com a terra, com a natureza e com as múltiplas formas de vida que compõem o território. Essas práticas articulam o cultivo, a pesca, a circulação de saberes e a espiritualidade, configurando modos de viver que produzem e mantêm relações de reciprocidade entre humanos e não humanos. A pandemia explicitou que tais formas de vida não constituem resquícios do passado, mas estratégias contemporâneas de enfrentamento das incertezas do presente, capazes de sustentar a vida em contextos de crise sanitária, climática e social.

Escutas no território e ética da pesquisa colaborativa

As escutas realizadas no território do Oiapoque constituem o eixo metodológico deste trabalho e estão orientadas por princípios éticos definidos pelos próprios povos indígenas da região. Nesse sentido, o Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque estabelece diretrizes fundamentais para qualquer processo de diálogo, pesquisa ou planejamento que incida sobre seus territórios.

O Protocolo reconhece que o conhecimento indígena é relacional e coletivo, indissociável do território, das ancestralidades e das dimensões espirituais que orientam a vida social. Dessa forma, decisões não se pautam por critérios individuais ou exclusivamente técnicos, mas por sistemas próprios de deliberação coletiva, frequentemente referidos como “Nosso Sistema”, nos quais o bem-estar do território e da comunidade prevalece sobre interesses externos.

Ao incorporar essas diretrizes, este trabalho compreende a pesquisa e a reflexão sobre o turismo não como exercício de extração de informações, mas como processo ético de

convivência, escuta e respeito aos protocolos locais. Tal orientação é especialmente relevante para a discussão do turismo de base comunitária e do turismo regenerativo em territórios indígenas, uma vez que qualquer iniciativa deve estar subordinada às formas próprias de consulta, decisão e governança estabelecidas pelos povos do Oiapoque.

Caminhos regenerativos para o turismo no Oiapoque: o turismo de base comunitária como mediação

Pensar o turismo regenerativo no Oiapoque implica reconhecer que sua viabilidade concreta passa por formas de organização já vivenciadas no território. Nesse sentido, o turismo de base comunitária (TBC) não se apresenta apenas como um modelo, mas como um caminho político e ético, construído a partir do desejo e do protagonismo das comunidades, orientando práticas turísticas alinhadas aos princípios da regeneração. Trata-se de uma forma de fazer turismo que pressupõe processos democráticos, baseados na escuta, na gestão coletiva e no controle local sobre os ritmos, limites e sentidos da atividade, buscando reduzir assimetrias de poder e fortalecer a autonomia comunitária.

No contexto do Oiapoque, experiências já em curso de turismo de base comunitária demonstram que a organização comunitária precede qualquer proposta regenerativa. O TBC não opera como alternativa de mercado, mas como estratégia política e territorial, na qual o turismo se subordina aos modos de vida, às práticas produtivas e às cosmologias locais. Nessa perspectiva, a atividade turística não substitui a roça, a pesca ou outras formas de sustento, mas se articula a elas de modo complementar e situado.

A discussão sobre a viabilidade do turismo de base comunitária em territórios indígenas, como no caso da aldeia Curipi e Galibi, evidencia a centralidade da formação, da escuta e do planejamento comunitário. A aproximação com cursos de formação de guias

de turismo, quando conduzida a partir do convite e da mediação das próprias comunidades, pode contribuir para avaliar limites, potencialidades e riscos da atividade turística, sem impor modelos externos.

O turismo regenerativo, organizado por meio do turismo de base comunitária, desloca a lógica do consumo de experiências para o aprendizado com o território. Ele exige que visitantes compreendam que estão entrando em espaços vivos, regidos por tempos próprios, protocolos culturais e relações de cuidado. Assim, regenerar não significa ampliar fluxos ou diversificar produtos, mas fortalecer vínculos comunitários, proteger o território e garantir que qualquer interação turística contribua para a continuidade da vida local.

Considerações

A chamada Pandemia da Roça constitui-se como um marco pedagógico e político para pensar o turismo no Oiapoque. Mais do que um episódio associado à crise sanitária da Covid-19, ela revelou a centralidade das práticas ancestrais de cuidado com a terra, da organização comunitária e da autonomia alimentar como fundamentos da vida no território. Nesse processo, tornou-se evidente que o território cuida, desde que seja cuidado; que a roça sustenta, desde que seja respeitada; e que o turismo, se quiser existir no Oiapoque, precisa reaprender a caminhar nos tempos da terra.

O turismo regenerativo, nesse contexto, não emerge como solução externa nem como inovação técnica a ser implantada, mas como possibilidade construída a partir das próprias reexistências amazônicas. Trata-se de uma perspectiva que desloca o turismo do lugar de atividade extrativa, ainda que simbólica, para reconhecê-lo como prática relacional, implicada nos sistemas vivos, nos vínculos comunitários e nas territorialidades historicamente constituídas. Ao dialogar com experiências de Turismo de Base

Comunitária, o turismo regenerativo aproxima-se de formas de organização que já operam a regeneração do território no cotidiano, sem romper com seus ritmos, valores e limites.

Pensar o turismo na Amazônia implica reconhecê-lo como campo atravessado por conflitos. Conflitos entre projetos exógenos e modos de vida locais; entre lógicas de mercado e éticas do cuidado; entre a transformação do território em mercadoria e sua compreensão como espaço vivido, espiritualizado e politicamente disputado. No Oiapoque, essas tensões tornam-se visíveis na forma como o turismo pode tanto reforçar processos de desterritorialização quanto fortalecer estratégias de permanência e autonomia.

As reexistências amazônicas manifestam-se justamente na capacidade das comunidades indígenas, ribeirinhas e urbanas de reinventar a vida sem romper com o território. A roça, a pesca, a circulação de saberes e a espiritualidade constituem práticas contemporâneas de enfrentamento das crises sanitária, climática e social, reafirmando que a Amazônia não é um espaço de carência, mas de produção contínua de alternativas. Nesse sentido, o turismo, quando orientado por princípios de base comunitária, equidade, respeito sociocultural e observância dos protocolos próprios dos povos e comunidades indígenas e tradicionais, pode tornar-se aliado desses processos, e não mais um vetor de expropriação.

Assim, mais do que apontar modelos ou soluções, este texto defende a necessidade de escuta, cuidado e compromisso ético na construção de caminhos para o turismo no Oiapoque. Em tempos de múltiplas emergências amazônicas, o desafio não é fazê-lo crescer, mas aprender a existir sem romper as tramas que sustentam a vida no território.

Referências

Aranha, R. C., & Guerra, A. J. T. (2014). *Geografia aplicada ao turismo*. Oficinas de Textos.

Brasileiro, I., & Borges, E. G. (2024). Turismo regenerativo: De quê estamos falando? *Revista ReBOT*, *3*(2), 299–303.

Castro, J. (1984). *Geografia da fome: O dilema brasileiro – pão ou aço*. Antares.

Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque, Rede de Cooperação Amazônica, & Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. (2019). *Protocolo de consulta dos povos indígenas do Oiapoque*.

Duarte, B. F., Pena, L. C. C., Braga, T. C. V., & Cardoso, R. C. V. (2024). Produção de farinha de mandioca, COVID-19 e segurança alimentar: As repercussões para agricultores familiares do Recôncavo Baiano. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, *62*(4), e278800.

Lohmann, G., & Panosso Netto, A. (2012). *Teoria do turismo: Conceitos, modelos e sistemas*. Aleph.

Santos, M. (1996). *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. Hucitec.

Silva, R. D., Barbosa, L. P., & Santos, C. N. (2025). *Agroecologia e resistência territorial: Respostas indígenas e camponesas à crise agrícola*. CLACSO.

Silva, R. D., Vales, E. M., & Santos, K. M. M. (2025). Geografia dos sabores: Resistência e protagonismo no cultivo do cacau de Cassiporé em Oiapoque, Amapá. In *Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE)*. Realize Editora. https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/124357